

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA VERSÃO "G3", DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE, NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICO SUL AMERICANO¹

ANALYSIS OF THE USAGE OF CORE INDICATORS FROM THE GLOBAL REPORTING INITIATIVE – VERSION "G3" – IN SUSTAINABILITY REPORTS BY COMPANIES IN THE SOUTH AMERICAN ELECTRICAL SECTOR

Fernanda Amorim Ribeiro de Castro²

José Ricardo Maia de Siqueira³

Marcelo Alvaro da Silva Macedo⁴

Resumo: Este estudo analisa os relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico sul americano, elaborados pelas Diretrizes da GRI (G3) e, pelos cálculos dos Graus de Aderência Plena (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE). O objetivo foi verificar o quanto do que foi requerido nos indicadores essenciais foi atendido e do potencial dessas informações foi efetivamente apresentado. Nenhuma das empresas apresentou alto GAPIE, nem GEE. O estudo revela também que os piores desempenhos foram na área social, enquanto os melhores resultados foram nas áreas ambiental e financeira, sugerindo que é preciso evoluir bastante na demonstração do real nível de responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Balanço Social. Setor Elétrico. G3. GRI. Relatório de Sustentabilidade.

Abstract: This study investigates the sustainability reporting, issued by South American Companies of the electrical sector, developed according to the GRI Guidelines (G3), and the calculations of the Degrees of Full Compliance (GAPIE) and Effective Disclosure (GEE). The objective was to verify the degree of compliance between the published core indicators and those defined by G3 guidelines. None of the companies presented high level of GAPIE nor GEE. The study also reveals that the worst performances occurred in the social area, whereas the best results were in the environmental and financeira area, suggesting that the social and environmental responsibility disclosure has to improve significantly.

Keywords: Social Report. Electrical Sector. G3. GRI. Sustainability Report.

¹Artigo apresentado no XII SIMPOI. São Paulo – SP. 2009

² Mestre em ciências contábeis pela UFRJ, fernanda_amorim@hotmail.com

³ Doutor em engenharia de produção pela COPPE-UFRJ, jrms@facc.ufrj.br

⁴ Doutor em engenharia de produção pela COPPE-UFRJ, malvaro.facc.ufrj@gmail.com

Artigo editado por Luiz Carlos Miranda

Recebido em 05/09/2010; revisado em 02/11/2010; aceito em 15/11/2010.

1 Introdução

Com o crescimento da importância dada, mundialmente, às questões socioambientais, destaca-se, cada vez mais, a necessidade das organizações comunicarem de forma consistente e confiável, para os diversos *stakeholders*, o seu envolvimento nesse campo, o que aumenta a relevância dos balanços sociais ou relatórios de sustentabilidade.

Apesar de, em muitos países, a elaboração e publicação dos relatórios de sustentabilidade não serem obrigatórias, observa-se que a utilização desse instrumento vem crescendo a cada ano. Contudo, num contexto geral, os relatórios publicados atualmente, vêm apresentando uma série de problemas, como por exemplo, a abrangência limitada, a falta de evidenciação de externalidades negativas e, a dificuldade de comparabilidade entre os relatórios, o que têm prejudicado a sua capacidade de gerar informações úteis.

Buscando minimizar esses aspectos negativos, algumas instituições e organizações, nacionais e internacionais, lançaram propostas de modelos de divulgação desses demonstrativos. Nesse contexto, destaca-se a *Global Reporting Initiative* (GRI), que, na tentativa de gerar relatórios de sustentabilidade mais completos, consistentes, confiáveis, e padronizados internacionalmente, lançou as Diretrizes para os Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes). Esse modelo, que se encontra, atualmente, em sua terceira versão (G3), é calcado no equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, o chamado *triple bottom line* (GASPARINO, 2006).

A *Global Reporting Initiative* é uma organização não-governamental internacional fundada em 1997 por uma ação conjunta da CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies* - Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis) e da UNEP (*United Nations Environment Program* - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (GASPARINO, 2006). Sua missão é desenvolver e disseminar, globalmente, diretrizes confiáveis para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que possam ser usadas por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006a, p.2).

Apesar de todo o potencial do modelo lançado pela GRI, Dias (2006) e Carvalho (2007) identificaram em seus estudos com empresas latino-americanas que, além da adesão à sua segunda versão (G2) estar ocorrendo em diferentes níveis, na prática, existe uma discordância entre o que as organizações vêm informando em seus relatórios de sustentabilidade e o que a GRI efetivamente solicita em seus indicadores de desempenho.

Esse problema é bastante relevante, uma vez que, muitos dos usuários dos relatórios de sustentabilidade, quando recebem a informação de que o relatório de uma determinada companhia foi elaborado em conformidade com as Diretrizes da GRI, considerando o renome internacional desta instituição, geralmente, subentendem que o mesmo é confiável e completo em termos de quantidade, diversidade e qualidade da informação, quando na verdade, a prática vem sugerindo que boa parte das informações referentes aos indicadores apresenta problemas.

Por tratar-se de um tema relativamente novo, não se sabe como esse problema se manifesta nas empresas que elaboraram seus relatórios de sustentabilidade na versão

“G3” da GRI. Além disso, não se tem conhecimento de como esse problema se manifesta em empresas pertencentes a um mesmo setor econômico. Acredita-se que, organizações de um mesmo setor, até por suas exigências legais, devam ter informações relativamente mais padronizadas. Nesse contexto, merece destaque o setor elétrico. No Brasil, por exemplo, ele foi o pioneiro, por meio de dispositivo regulamentar, na obrigatoriedade da elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial (ANEEL, 2008). Além disso, esse é um setor de grande relevância econômica para os países; cujas empresas têm grande interferência no meio ambiente; e, cujas atividades impactam diretamente no bem estar da sociedade.

Assim, considerando todo o potencial do novo modelo lançado pela GRI e a relevância do setor elétrico no tema da responsabilidade socioambiental, o objetivo desta pesquisa é verificar o quanto as empresas do setor sul americano de energia elétrica atenderam, em seus relatórios de sustentabilidade, elaborados pela versão “G3” das Diretrizes da GRI, exatamente ao que foi solicitado para os indicadores de desempenho essenciais e o quanto do potencial das informações requeridas foi efetivamente apresentado.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e *ex-post-facto*, cujo ponto de partida foi a exposição dos aspectos conceituais do balanço social ou relatório de sustentabilidade e das críticas aos relatórios publicados atualmente, culminando na descrição dos aspectos mais relevante do novo modelo sugerido pela GRI.

2 Revisão de Literatura

A partir dos anos 50 observou-se uma mudança significativa na forma como as pessoas enxergavam a relação entre negócios e sociedade (LANTOS, 2001). Diversos fatores, como por exemplo, os desastres ambientais, as guerras e as mudanças observadas na sociedade, afetaram o ambiente de negócios e tornaram os problemas socioambientais mais aparentes. Junto com esse movimento, veio também a necessidade de comunicar e tornar transparente o nível de responsabilidade socioambiental, o que fez surgir o conceito de balanço social ou relatório de sustentabilidade – dentre outras denominações possíveis.

2.1 Balanço Social (BS) ou Relatório de Sustentabilidade

Para Rico (2004), a transparência, ou seja, o atendimento com coerência entre discurso e prática às expectativas sociais, é um dos conceitos centrais da responsabilidade socioambiental e o balanço social, também conhecido, dentre outros termos, como relatório de sustentabilidade, pode ser considerado um dos principais instrumentos de incentivo à comunicação transparente entre empresa e *stakeholders*. Nesse contexto, conforme descrito por Pinto e Ribeiro (2004, p. 21), pode se dizer que, “o balanço social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações”.

Apesar de sua crescente importância, na prática, a capacidade dos balanços sociais em gerar informações úteis tem se mostrado bastante prejudicada. Pesquisas relativas aos balanços sociais publicados atualmente vêm apontando, consistentemente, a existência de problemas, principalmente no que tange: a abrangência dos relatórios, que tem se

apresentado bastante limitada; a evidenciação de externalidades negativas, que é bastante reduzida; e, a dificuldade de comparabilidade desses balanços, como pode ser observado a seguir.

2.1.1 Abrangência Limitada

A abrangência diz respeito à contemplação de todas as informações necessárias à análise das ações sociais das empresas e, conseqüentemente, ao atendimento aos anseios de um grupo de *stakeholders*.

Diversos autores, como Costa e Souza (2006), Cunha e Ribeiro (2004) e Siqueira e Vidal (2003), entendem que, no que se refere ao conteúdo, o balanço social para ser abrangente deve contemplar as quatro vertentes destacadas por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p.33), ou seja, ele deve apresentar o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, a demonstração do valor adicionado e os benefícios e contribuições à sociedade. Para eles, esses parâmetros permitirão aos diversos *stakeholders* uma visão global das esferas de influência – meio ambiente, funcionários, sociedade e distribuição da riqueza.

A prática, no entanto, tem demonstrado que os balanços sociais publicados vêm negligenciando diversas dessas informações. Em pesquisa realizada por Cunha e Ribeiro (2004), com 284 empresas, com atuação no território brasileiro, que publicaram balanço social em 2003, um número muito reduzido - somente três delas - apresentou informações sobre todas as quatro esferas. Além disso, menos da metade apresentou informações sobre meio ambiente (121) e sobre a distribuição da riqueza (110).

Em pesquisa nas oito maiores empresas industriais privadas de Santa Catarina que publicaram balanço social, Pinto e Ribeiro (2004) verificaram a ausência de informações relevantes, como o fato de nenhum dos indicadores de recursos humanos ter sido utilizado pela totalidade das empresas analisadas. Além disso, apesar de terem elaborado a DVA, as empresas não forneceram informações relevantes para a extração de alguns índices, como por exemplo, a taxa de valor adicionado bruto. Já em relação ao balanço ambiental, observou-se a falta de informação sobre as obrigações já assumidas e as contingentes. E em relação aos benefícios à sociedade, somente três empresas evidenciaram indicadores da sua efetiva contribuição para o desenvolvimento social da comunidade, apesar da maioria delas afirmar que realiza esse tipo de contribuição.

Dentre os problemas destacados no estudo realizado por Siqueira e Vidal (2003) com 22 empresas, com atuação no território brasileiro, destaca-se o fato de três organizações não terem apresentado informações sobre o balanço ambiental e seis sobre o caráter redistributivo das suas operações.

Na pesquisa de Oliveira (2005) nas 500 maiores empresas não financeiras que atuam no território brasileiro, dos 152 balanços sociais recebidos, 36 foram dispensados de uma análise mais detalhada por apresentarem descrições superficiais e pouca informação relevante, um número considerado bastante significativo.

Deegan, Rankin e Tobin (2002), no estudo dos relatórios sociais da BHP Ltd, uma das maiores empresas australianas, do período de 1983 a 1997, observou a predominância de informações concernentes aos recursos humanos e ao meio ambiente.

Calixto (2007), por sua vez, encontrou em sua pesquisa com 97 empresas brasileiras de diversos setores, indícios de que embora as empresas estejam preocupadas com o desenvolvimento sustentável, menos de 10% do total delas fornece informações sobre seu desempenho no meio natural.

Adicionalmente aos problemas de conteúdo, as pesquisas também vêm demonstrando deficiências no atendimento aos interesses dos diversos usuários, que, segundo Souza (1997, p.2), englobam os grupos sociais internos e externos à organização. Estudos, como o de Neu, Warsame e Pedwell (1998), por exemplo, vêm sugerindo que, em uma situação de conflito de interesse dos *stakeholders*, as empresas tendem a dar informações em nível diferente para o público mais relevante para elas – como, por exemplo, os acionistas – e, em contrapartida, tendem a ignorar o considerado menos importante – como os ambientalistas.

Castro, Siqueira e Kubrusly (2007), ao pesquisarem o comportamento socialmente responsável dos consumidores, verificaram que um dos motivos apontados para a lacuna apresentada entre atitude e comportamento foi a falta de conhecimento das ações desenvolvidas pelas empresas e dos impactos sociais e ambientais das suas atividades, sugerindo uma deficiência do instrumento para o alcance dos interesses de um grupo importante para a empresa, os consumidores. Reclama-se que nem todas as empresas publicam o balanço social e aquelas que o fazem muitas vezes o elaboram de forma estritamente técnica o que faz com que ele só possa ser analisado por especialistas, o que vai de encontro ao objetivo deste demonstrativo que é ser útil para todos os grupos que interagem com a empresa.

2.1.2 Evidenciação de Externalidades Negativas

Outro grande problema que vem sendo apresentado nos estudos realizados por diversos autores (SIQUEIRA e VIDAL, 2003; DEEGAN, RANKIN e TOBIN, 2002) é a ausência de evidenciação dos aspectos negativos em diversos dos balanços sociais publicados atualmente, o que pode ser considerado um viés para potencialização de resultados.

Li, Richardson e Thornton (1997) exemplificam pesquisas que vêm sugerindo que as empresas estão fornecendo informações incompletas a respeito de seus passivos ambientais e que estas são relutantes em informar “más notícias”. Um dos exemplos mencionados foi o estudo realizado pela Price Waterhouse, que demonstra que 62% das empresas da amostra reconhecem que estão expostas a passivos ambientais, mas mesmo assim não os demonstram nos seus relatórios.

Pesquisa recente da Fundação Dom Cabral (*apud* INSTITUTO ETHOS 2007a, p. 23), demonstra que 55% das empresas que tiveram seus balanços sociais analisados “apresentam suas ações de responsabilidade social enfatizando as boas ações e omitindo os desafios e os insucessos”. Esta preocupação com a imagem também está destacada no

artigo de Villiers e Staden (2006). Nos mais de 140 relatórios de companhias sul africanas analisados, eles verificaram que as empresas da amostra optam por diminuir a quantidade de informações ou fornecer informações menos específicas, quando percebem que estas podem “desgastar” a sua imagem.

Segundo Lima (2001, p. 2), o fato de a empresa demonstrar apenas os aspectos positivos é perfeitamente pertinente, uma vez que os “deslizes” cometidos por elas devem ser solucionados internamente, uma vez que seria contraproducente e não traria benefício algum torná-los públicos. Neste caso, percebe-se que a visão do balanço social como instrumento de gerenciamento da imagem corporativa sobressai ao seu papel informativo.

Para Lima (2001, p. 2), “é evidente que as empresas, em sua consciência, não irão publicar ações ou números negativos em um instrumento de informação pública, principalmente em se tratando de casos ocorridos no âmbito social ou ambiental”. Por outro lado, existe outra corrente que considera importante que o Balanço Social seja uma ferramenta não enviesada, de comunicação abrangente, isenta e transparente, uma vez que seu objetivo é tornar pública a responsabilidade socioambiental das empresas ao longo do processo produtivo e auxiliar no processo decisório. Para a GRI (2006a, p. 3), por exemplo, os relatórios de sustentabilidade devem “[...] oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas”.

2.1.3 Dificuldade de Comparabilidade

Por fim, considerando que, “a utilidade da informação amplia-se quando é apresentada de forma que permita comparar uma entidade a outra” (PINTO e RIBEIRO, 2004, p. 28), a dificuldade de comparabilidade observada em pesquisas tanto nacionais quanto internacionais, é outro tópico que vem sendo bastante criticado no meio acadêmico.

A pesquisa de Jones, Comfort e Hillier (2005), com as dez principais lojas de departamento do Reino Unido, sugere que existe uma diferença substancial na natureza e nos conteúdos dos relatórios sociais dessas empresas, gerando, dentre outros problemas, dificuldade de comparação.

É sabido que um dos pontos que mais prejudicam a leitura e a comparabilidade dos balanços sociais é a falta de padronização, inclusive no que tange à periodicidade da informação. De acordo com Siqueira e Vidal (2003), além de não existir nos relatórios, uma especificação do período aos quais se referem às informações socioambientais expostas nos balanços sociais, estas só são divulgadas de acordo com a conveniência das empresas.

Um exemplo disso encontra-se na pesquisa de Pinto e Ribeiro (2004). Das oito empresas industriais catarinenses analisadas, uma delas só publicou a informação de um período, uma de três períodos e outra de sete períodos, enquanto as demais publicaram de dois anos. Além disso, verificaram que todos os balanços examinados, em sua pesquisa, foram elaborados de maneira diferente em relação, dentre outros aspectos, à estrutura, a nomenclatura dos indicadores, ao conteúdo, à forma de expressão dos dados,

impossibilitando que a informação seja utilizada pelos beneficiários da melhor forma possível, inclusive no que se refere à comparação com outras entidades.

Calixto (2007), em sua pesquisa, observou que, existem acentuadas diferenças nas informações fornecidas por empresas de diferentes mercados e entre empresas do mesmo setor, comprometendo, nesse último caso, a elaboração de uma análise setorial.

No estudo realizado por Oliveira (2005), também se observaram problemas referentes à comparabilidade, uma vez que grande parte daquelas empresas utiliza modelos diversos, dentre os quais muitos deles foram criados por elas próprias.

Para Guarneri (2001, p.159 *apud* SIQUEIRA et al., 2006, p.2) “a inexistência de um padrão desperta a desconfiança dos usuários de que os balanços sociais estão se transformando em peças de marketing”.

Segundo o IBASE (2007), “se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos”.

Segundo Quairel (2004, p. 36 *apud* DIAS, SIQUEIRA e ROSSI, 2006), existe um consenso na necessidade de padronização desse demonstrativo, independente da discussão da obrigatoriedade ou não da elaboração e publicação do Balanço Social.

Nesse sentido, existem algumas instituições e organizações engajadas na padronização e na evolução do balanço social, por meio da proposta de modelos de divulgação e do incentivo à publicação desses demonstrativos. Dentre elas destaca-se, em nível internacional, a Global Reporting Initiative (GRI).

2.2 As Diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative)

O primeiro conjunto de “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”, da GRI, foi elaborado em 1999 e lançado em junho de 2000 (INSTITUTO ETHOS, 2007b). Desde então, sofreu duas atualizações. Uma em 2002, publicada em português em 2004, e outra lançada no Brasil, em dezembro de 2006 (INSTITUTO ETHOS, 2007b). Esta última foi chamada de G3 para destacar o fato de ser a terceira geração de indicadores (INSTITUTO ETHOS, 2007a, p.15).

Desde o seu início, as diretrizes da GRI abordam os aspectos relacionados à sustentabilidade, que, segundo Gasparino (2006, p.6), só pode ser alcançada por meio do equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, o chamado *triple bottom line*.

Considerando a sua proposta de um padrão internacional de elaboração de relatórios de sustentabilidade, a utilização do modelo GRI tem crescido mundialmente. Segundo o Instituto Ethos (2007a, p. 16), o número de organizações que declaram o uso das diretrizes da GRI para elaborar seu relatório de sustentabilidade aumentou de 30, em 2000, para 1000, no ano de 2006.

Adams e Evans (2004 *apud* DIAS, SIQUEIRA e ROSSI, 2006, p. 5) destacam que o modelo da GRI, ao fornecer indicadores não enviesados, está sendo considerado o modelo menos

suscetível a tendências e, com isso, está fornecendo uma credibilidade adicional ao usuário.

Para Vaz (2006, p. 26), a necessidade de transformar os relatórios sociais em peças de comunicação consistentes, uma vez que grande parte deles apresenta informações desconexas, irrelevantes e que não conseguem esclarecer os verdadeiros desafios enfrentados pelas organizações, fez com que a GRI, lançasse, em 2006, um novo padrão de indicadores, batizado de G3.

Segundo o Instituto Ethos (2007b), a elaboração da G3 levou mais de dois anos de consultas, debates e reuniões e contou com a participação de mais de 4000 pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil. Dentre as recomendações de mudanças discutidas, destacaram-se as necessidades de tornar a ferramenta mais amigável e mais harmonizada com outras normas e padrões de responsabilidade socioambiental, além de diretrizes mais focadas no desempenho de seus indicadores e orientações mais claras para compilação dos dados (INSTITUTO ETHOS, 2007a, p. 15).

A elaboração do relatório se baseia nas Diretrizes que se encontram estruturadas em duas partes. A parte 1 abrange os três elementos principais do processo de elaboração do relatório: (1) os princípios para definição de conteúdo - materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência; (2) os princípios para assegurar a qualidade - equilíbrio, clareza, exatidão, periodicidade, comparabilidade e confiabilidade; e, (3) as orientações para definição do limite do relatório ou das unidades de negócios que terão seu desempenho incluído ou excluído do relatório de sustentabilidade.

A parte 2, por sua vez, trata do conteúdo que deve constar do relatório. Esse conteúdo está segregado em três categorias: (1) Perfil, que fornece informações de contextualização para o entendimento da organização, inclusive do seu desempenho geral, como por exemplo, estratégia, perfil e governança; (2) Forma de Gestão, que descreve a forma como a empresa trata determinado tema ou conjunto de temas. Serve para fornecer o entendimento do desempenho de uma área específica; e, (3) Indicadores de Desempenho, que fornece informações comparáveis sobre os desempenhos econômico, social e ambiental (GRI, 2006a).

Conforme destacado pela GRI (2006a, p.40), os indicadores de desempenho “são informações qualitativas ou quantitativas sobre conseqüências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo”. Eles podem ser essenciais ou adicionais. Os indicadores essenciais são aqueles que são aplicáveis e relevantes para a maioria das organizações e deverão necessariamente ser relatados no relatório, exceto no caso de ser demonstrado pela organização que o indicador não está alinhado aos princípios destacados pela GRI (2006a, p.25). Os indicadores adicionais, por sua vez, são aqueles que podem ser aplicáveis e relevantes para algumas organizações, mas, geralmente, não os são para a maioria, além daqueles que representam práticas emergentes (GRI, 2006a, p.25). Cada uma das três categorias, econômica, ambiental e social, possui um conjunto de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

Os indicadores econômicos visam demonstrar: o fluxo de caixa entre os *stakeholders* e os principais impactos econômicos da entidade na sociedade (GRI, 2006a). Eles estão segregados em três aspectos: (1) desempenho econômico, cujo objetivo é abordar os impactos econômicos diretos das atividades da organização, bem como o valor econômico agregado dessas atividades; (2) presença no mercado, que visa fornecer informações sobre as interações em determinado mercado; e, (3) impactos econômicos indiretos, que buscam medir os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas e das transações realizadas pela organização.

Os indicadores ambientais, por sua vez, englobam o desempenho relacionado a insumos e a produção, além daquele relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações, como por exemplo, gastos com meio ambiente (GRI, 2006a). Eles estão segregados em nove aspectos: (1) materiais; (2) energia; (3) água; (4) biodiversidade; (5) emissões, efluentes e resíduos; (6) produtos e serviços; (7) conformidade; (8) transporte; e, (9) geral.

Por fim, os indicadores sociais abrangem os aspectos fundamentais referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto, conforme destacado a seguir (GRI, 2006a).

Outra inovação da G3 foi a criação dos Níveis de Aplicação da GRI (INSTITUTO ETHOS, 2007a, p. 20). Essa é uma ferramenta que permite à organização e aos usuários verificarem até que ponto os elementos da Estrutura de Relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório de sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2007a, p. 20). Esse conceito substituiu a declaração “de acordo com” (“*in accordance*”) constante da versão das Diretrizes da GRI, de 2002 (INSTITUTO ETHOS, 2007a, p.21).

Existem três níveis de aplicação (A, B e C), que são indicados pela organização em um processo de auto-avaliação. Adicionalmente à auto-avaliação, a organização pode solicitar uma verificação externa e/ou até mesmo que a própria GRI examine sua classificação (*GRI Application Level Check*), o que possibilita a obtenção de um ponto a mais em cada um dos três níveis, ou seja, a elaboração do seu relatório pode ser classificada como A+, B+ ou C+ (GRI, 2006b, p.5).

3 Metodologia

Primeiramente, por tratar-se de um tema relativamente novo e ainda pouco explorado, esta pesquisa foi classificada como exploratória. Posteriormente, considerando as fontes de dados utilizadas, ela foi classificada como bibliográfica, para a coleta dos dados secundários, e, documental e *ex-post-facto*, uma vez que utilizou relatórios como fonte de dados primária e, por estes terem sido publicados anteriormente ao período do estudo.

O método de amostragem adotado na pesquisa foi não probabilístico, tendo em vista que a amostra foi direcionada para empresas do setor de energia elétrica com operação na América do Sul e que utilizaram a G3, no ano de 2006.

A escolha do setor elétrico deu-se por diversas razões, dentre elas destacam-se: (a) a grande interferência de suas empresas no meio ambiente, como por exemplo a redução de

florestas para a construção de barragens (LINS e OUCHI, 2007); (b) os impactos de suas atividades sobre o bem estar da sociedade, como é o caso do alagamento de áreas originárias das comunidades e o conseqüente deslocamento de pessoas (LINS e OUCHI, 2007); (c) sua relevância econômica para os países (LINS e OUCHI, 2007); e, (d) o seu envolvimento no tema da responsabilidade socioambiental – no Brasil, por exemplo, ele foi o pioneiro, por meio de dispositivo regulamentar, na obrigatoriedade da elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial (ANEEL, 2008).

A escolha da América do Sul, por sua vez, deu-se pelo fato da presente pesquisa tratar-se de uma derivação dos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007). A primeira, analisou o grau de aderência plena, das empresas brasileiras, aos indicadores essenciais propostos na segunda versão das Diretrizes da GRI. Enquanto a segunda analisou o grau de aderência plena aos indicadores essenciais propostos na G2 da GRI, bem como o grau de evidenciação efetiva aos relatórios de sustentabilidade das empresas latino-americanas, com exceção das brasileiras.

Julgou-se como a fonte mais adequada para a coleta de dados, o *site* oficial da GRI, uma vez que esse, além de disponibilizar os relatórios mais atualizados divulgados pelas organizações que utilizam as Diretrizes da GRI, por ser um *site* oficial, é considerado uma fonte segura de captura de informações (GRI, 2006a).

Para a captura das informações foram utilizados os seguintes filtros: (a) só fizeram parte do escopo as empresas do setor elétrico, operando na América do Sul, e que publicaram seus relatórios de sustentabilidade segundo as Diretrizes da G3; (b) a data base dos relatórios foi o ano de 2006; e, (c) as empresas deveriam apresentar em seus relatórios o Sumário ou Índice Remissivo dos Indicadores da GRI, tendo em vista que a ausência deste torna quase inviável a busca de algumas das informações necessárias para o alcance do objetivo da pesquisa.

Desta forma, todas as oito empresas constantes da base de dados foram qualificadas e fazem parte da amostra. São elas: Brasil – AES ELETROPAULO, Ampla Energia e Serviços S.A. (AMPLA), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Companhia Paranaense de Energia (COPEL); Chile – Chilectra S.A. (CHILECTRA) e Empresa Nacional de Electricidad S.A. (ENDESA CHILE); Peru – Red de Energía del Perú S.A. (REP); Colômbia – Isagen S.A. (ISAGEN).

Cabe ressaltar que, somente os indicadores essenciais fizeram parte do escopo desta pesquisa. Isso porque esses têm relevância e aplicabilidade para um número maior de organizações e usuários, ao contrário dos indicadores adicionais que são apenas complementares e por isso podem ou não ser informados e aplicados, o que poderia prejudicar a comparação entre as empresas. Outro ponto importante que merece ser ressaltado é o fato de que a análise da qualidade e da veracidade das informações fornecidas pelas organizações da amostra não consistiu a finalidade desse trabalho.

Quadro 1 – Base para Classificação das Informações

| CATEGORIA | SIGLA | CLASSIFICAÇÃO | DEFINIÇÃO |
|-------------------------|------------|----------------------------------|--|
| APRESENTADOS | APL | ADERÊNCIA PLENA | Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização. |
| | AP | ADERÊNCIA PARCIAL | Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram apresentados pela organização. |
| | D | DÚBIO | Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial. |
| | I | INCONSISTENTE | Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3. |
| NÃO APRESENTADOS | ND | NÃO DISPONÍVEL | Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condição de fornecê-la. |
| | NA | NÃO APLICÁVEL | Quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades ou ao setor em que ela atua. |
| | OJ | OMITIDO COM JUSTIFICATIVA | Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresentando uma justificativa para tal omissão. |
| | O | OMITIDO | Quando nada é comentado sobre o indicador, como se o mesmo não existisse. |

Fontes: Dias (2006); Carvalho (2007)

Para o exame da aderência e da evidenciação efetiva das informações fornecidas, foi desenvolvido um quadro para cada uma das empresas da amostra, onde todos os indicadores essenciais foram classificados, com base nos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007), conforme Quadro 1.

As classificações nas categorias “não disponível” e “não aplicável” são frutos do relato da própria organização. A omissão da resposta referente a um indicador é permitida pela GRI, desde que haja um relato claro do fato e de suas razões (GRI, 2006a), lembrando que não faz parte do escopo da pesquisa a análise da coerência das justificativas apresentadas nesses casos de omissão.

Outro aspecto relevante é o fato de que as respostas aos indicadores essenciais foram verificadas somente nas páginas indicadas no Sumário. Desta forma, este foi considerado um aspecto de conformidade e, com isso, a informação não encontrada na página indicada, foi classificada como “inconsistente”. O caso da COPEL foi tratado como uma exceção, pois por uma falha observada em seu Sumário, todas as suas respostas foram divulgadas na página imediatamente posterior àquelas indicadas.

O segundo passo após a classificação das respostas dos indicadores essenciais, foi o cálculo dos Graus de Aderência Plena (GAPIE) e de Evidenciação Efetiva (GEE). O primeiro, apresentado no estudo de Dias (2006), objetiva observar o quanto que as empresas, que afirmam estar usando as Diretrizes da GRI na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, estão respeitando as determinações estabelecidas por esse órgão. Já o GEE, apresentado no trabalho de Carvalho (2007), possibilita a verificação do nível de informação que a empresa está efetivamente oferecendo aos seus usuários em comparação a todo o potencial oferecido pela GRI.

Os cálculos foram realizados por meio das seguintes fórmulas:

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Fontes: Dias (2006); Carvalho (2007)

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Fonte: Carvalho (2007)

Onde: APL = Aderência Plena; OL = Omitidos com Justificativa; e, NA = Não Aplicáveis.

Cabe destacar que: (1) no caso do GAPIE, o total de respostas omitidas com justificativa foi somado ao total de indicadores com aderência plena porque a GRI permite essa opção; (2) o total de indicadores não aplicáveis foi subtraído do total dos indicadores essenciais para não prejudicar o resultado da empresa em função de um indicador que não se aplica às suas atividades; (3) não foram considerados nos cálculos aqueles indicadores classificados como com “aderência parcial”, uma vez que seria muito subjetivo indicar o quanto da informação requerida foi realmente fornecido pela organização; e, (4) também não foram incluídos nos cálculos os indicadores classificados como “dúbios” ou “inconsistentes”,

porque, no primeiro caso, não existe a certeza se a informação requerida foi realmente fornecida e, no segundo caso, elas não foram efetivamente apresentadas.

Os resultados podem variar de 0%, correspondente ao menor grau de aderência e evidenciação, e 100%, que representa o maior grau.

De acordo com os seus totais, os graus foram classificados em “alto”, “médio” ou baixo, conforme Tabela 1. Para tanto, optou-se por tomar como base os critérios referentes à apresentação dos indicadores, requeridos para a classificação nos três Níveis de Aplicação sugeridos pela GRI (A, B e C). Ou seja, de acordo com a GRI (2006b, p.2), para ser classificada como nível de aplicação A, uma organização deve responder, pelo menos, aos 49 indicadores essenciais, de um total de 79 indicadores, o equivalente a, aproximadamente, 62%. Desta forma, para fim do presente estudo, a empresa que apresentar resultados iguais ou superiores a 62% será classificada como de “alto” grau. Da mesma forma que a GRI (2006b, p.2) determina que para uma empresa ser classificada como nível de aplicação B, ela deve responder, do total de 79 indicadores, a 20 indicadores, o equivalente a, aproximadamente, 25%. Com isso, a organização que apresentar um resultado entre 25% e 62%, será classificada como de grau “médio”. Consequentemente, aquela que exibir um resultado inferior a 25%, será classificada como de grau “baixo”.

Tabela 1 – Níveis de Classificação do GAPIE e do GEE

| FAIXA | CLASSIFICAÇÃO |
|---------------------|----------------------|
| 0% – 25% | “BAIXO” |
| 25% – 62% | “MÉDIO” |
| 62% – 100% | “ALTO” |

4 Análise dos Resultados

Após a análise individual dos GAPIEs e dos GEEs das empresas da amostra, com o objetivo de realizar uma análise comparativa entre os comportamentos das empresas do mesmo setor econômico, foi elaborado um *ranking* dos totais do GAPIE (Tabela 2), onde os resultados obtidos foram classificados na ordem decrescente.

Tabela 2 – Ranking do Resultado do GAPIE

| Companhia | País | Grau de Aderência Plena | | | | Total | Nível de Aplicação |
|-----------|-----------|-------------------------|------------|---------|-----|-------|--------------------|
| | | Indicadores | | | | | |
| | | Econômicos | Ambientais | Sociais | | | |
| 1° | AMPLA | Brasil | 57% | 76% | 44% | 57% | B |
| 2° | ENDESA | Chile | 57% | 67% | 46% | 54% | A+ |
| 3° | CHILECTRA | Chile | 43% | 65% | 32% | 45% | A |
| 4° | ISAGEN | Colômbia | 43% | 53% | 22% | 36% | NI |
| 5° | COPEL | Brasil | 29% | 44% | 21% | 30% | A |
| 6° | AES | Brasil | 14% | 19% | 8% | 13% | C |
| 7° | REP | Peru | 0% | 0% | 17% | 10% | B |
| 8° | CEMIG | Brasil | 14% | 6% | 4% | 6% | C |

Primeiramente, observou-se que, de acordo com a metodologia do presente estudo, nenhuma das empresas da amostra apresentou um alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI. Nem mesmo aquelas que foram classificadas com o nível de aplicação A, que, conforme a GRI (2006b), requer que todos os indicadores essenciais sejam apresentados, ou, no máximo, omitidos com justificativa. É possível que algumas das explicações para essa constatação sejam os seguintes fatores: (a) o relatório base 2006 é o primeiro do modelo G3 e um dos primeiros relatórios de sustentabilidade de algumas das empresas da amostra; e, (b) algumas modificações entre as versões aumentaram o nível de detalhamento requerido. Sabe-se que a novidade, normalmente, gera um processo de adaptação à nova metodologia, tanto na cultura da empresa quanto nos seus sistemas de informação.

Entretanto, esse resultado corrobora aqueles alcançados por Carvalho (2007), no qual, nenhuma das oito empresas da amostra apresentou um alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais da segunda versão das Diretrizes. Por outro lado, ele difere daquele encontrado por Dias (2006), uma vez que, em sua pesquisa, cinco, das oito empresas da amostra, alcançaram um alto grau de aderência plena.

Outro ponto interessante a ser destacado é o fato de que, entre a primeira colocada e a última existe um distanciamento bastante significativo (57% e 6%), caracterizando que elas encontram-se em estágios bem diferentes de aderência às Diretrizes da G3. Esse também foi um destaque dos resultados de Dias (2006) e Carvalho (2007).

Em relação à classificação do nível de aplicação, observou-se que, apesar de duas empresas nível A estarem entre as primeiras posições, todas elas têm percentuais inferiores aos de uma empresa que se auto declarou nível B.

Já em relação ao desempenho por categoria, verificou-se que, o pior desempenho das empresas da amostra, com exceção da REP, foi na área social, mesma categoria que alcançou os piores GAPIEs do estudo de Carvalho (2007). Já no estudo de Dias (2006), as empresas apresentaram resultados sofríveis em diferentes categorias. No caso do presente estudo, os maiores problemas encontram-se nas áreas de direitos humanos e sociedade, nas quais 50% da amostra apresentou 0% de grau de aderência plena. Esses itens abordam temas delicados como a discriminação e a corrupção.

Por outro lado, os melhores desempenhos da maioria das empresas da amostra foram na área ambiental. Esse resultado causou estranheza pelo fato de ser a categoria que pode ser considerada como a mais complexa das três, pois exige cálculos de emissões de gases, descartes de água, dentre outros aspectos.

Além disso, por geralmente sofrerem constantes auditorias de terceiros e serem demandadas há mais tempo, esperava-se que as informações de cunho econômico fossem as mais fáceis de serem apresentadas e, conseqüentemente, que revelassem melhor desempenho, conforme demonstrado no estudo de Carvalho (2007). No entanto, vale destacar que a categoria econômica, foi a que teve, proporcionalmente, o maior número de indicadores novos na versão G3. Assim como no caso dos piores desempenhos, o resultado da pesquisa de Dias (2006) para os melhores desempenhos também foram apresentados nas diversas categorias.

Outra observação interessante foi o fato das empresas do Grupo espanhol Endesa – Ampla, Endesa e Chilectra –, estarem nas três primeiras posições. Esse Grupo, segundo informações constantes em seu relatório, já se encontra engajado com o tema sustentabilidade há um tempo, tendo lançado em 2003 os Sete Compromissos para o Desenvolvimento Sustentável, que é considerado um guia para a conduta sustentável da empresa, e, elaborando relatórios de sustentabilidade há seis anos (ENDESA, 2006), o que pode ser considerado um avanço, já que a própria GRI lançou a primeira versão das Diretrizes no ano 2000.

Com relação ao GEE (Tabela 3), observou-se que, mesmo com variações nos percentuais obtidos no cálculo dos índices da maioria das empresas, elas, no geral, mantiveram as mesmas colocações apresentadas para o GAPIE. As exceções foram a REP e a AES Eletropaulo, que trocaram de posição. A ISAGEN, bem como a REP e a CEMIG não exibiram omissões com justificativas, com isso, seus GEEs foram idênticos aos GAPIEs.

Posteriormente, verificou-se que, assim como no GAPIE, nenhuma das empresas da amostra expressou um alto grau de evidenciação efetiva dos indicadores essenciais da GRI. Nem mesmo aquelas que foram classificadas com o nível de aplicação A. Mais uma vez, esse resultado está de acordo com o encontrado por Carvalho (2007). Vale lembrar que não foi realizado um comparativo com o estudo de Dias (2006), porque o mesmo não contempla o cálculo do GEE.

Tabela 3 – Ranking do Resultado do GEE

| Companhia | País | Grau de Evidenciação Efetiva | | | | Nível de Aplicação | |
|-----------|-----------|------------------------------|------------|---------|-------|--------------------|----|
| | | Indicadores | | | Total | | |
| | | Econômicos | Ambientais | Sociais | | | |
| 1° | AMPLA | Brasil | 57% | 59% | 44% | 51% | B |
| 2° | ENDESA | Chile | 57% | 47% | 46% | 48% | A+ |
| 3° | CHILECTRA | Chile | 43% | 59% | 32% | 43% | A |
| 4° | ISAGEN | Colômbia | 43% | 53% | 22% | 36% | NI |
| 5° | COPEL | Brasil | 29% | 44% | 17% | 28% | A |
| 6° | REP | Peru | 0% | 0% | 17% | 10% | B |
| 7° | AES | Brasil | 14% | 6% | 8% | 9% | C |
| 8° | CEMIG | Brasil | 14% | 6% | 4% | 6% | C |

Já em relação ao desempenho por categoria, verificou-se que, assim como no GAPIE, o pior desempenho da maioria das empresas da amostra continuou na área social, mesma área apontada por Carvalho (2007). Contudo, a AES Eletropaulo, cujo pior GAPIE era na área social, apresentou o pior GEE na área ambiental, e, conseqüentemente, o seu melhor desempenho passou para a área econômica. Isso porque, o cálculo do GEE desconsidera as omissões com justificativa que, no caso da AES Eletropaulo, ocorreram na área ambiental.

Esse resultado sugere que, o fato de a GRI permitir a validade de omissões com justificativa, pode alterar o entendimento do usuário referente à qualidade dos relatórios disponibilizados pelas empresas.

Tendo em vista que as empresas brasileiras correspondem a 50% da amostra, foi realizado um comparativo entre os seus graus de aderência e graus de evidenciação. De acordo com os seus resultados, verificou-se que existe um distanciamento considerável entre os seus totais (GAPIE – 57% e 6%; GEE – 51% e 6%), caracterizando, também, que elas encontram-se em estágios bem diferentes de aderência as Diretrizes da GRI. Cabe lembrar, que as empresas brasileiras são obrigadas por norma reguladora, a elaborar relatório social anual, o que sugere que elas já deveriam estar um pouco mais amadurecidas em relação à disponibilidade desse tipo de informação.

5 Considerações Finais

Os resultados desse estudo demonstram que, o fato de as empresas fazerem parte de um mesmo setor econômico, teoricamente com o mesmo grau de complexidade, não faz com que elas estejam em um nível semelhante de aderência às Diretrizes da GRI, estando, inclusive, as variações entre os resultados das empresas, semelhantes àquelas observadas no estudo de Carvalho (2007) com empresas de setores diferentes.

Mesmo quando analisadas em função de suas atividades fim – geração, transmissão, distribuição e holding – percebe-se que as diferenças em termos de aderência aos indicadores essenciais – tanto no GAPIE quanto no GEE – se mantêm. Ou seja, não se percebe que existam subgrupos de empresas do setor elétrico, classificados segundo suas atividades fim, com índices de desenvolvimento diferenciado em termos de publicação de indicadores essenciais do GRI.

Diante do exposto, percebe-se que, apesar do esforço da GRI em desenvolver um modelo de qualidade, mais consistente e completo de relatório de sustentabilidade, a sua aplicabilidade, em empresas sul americanas de energia elétrica, ainda precisa evoluir bastante para que os diversos usuários possam ter acesso ao real nível de responsabilidade socioambiental das organizações.

Há que se destacar, contudo, a limitação desta pesquisa no tocante ao método de amostragem e o tamanho da amostra. Isso porque, segundo Ghauri e Gronhaug (2002), a amostragem não probabilística e o fato do estudo se concentrar em poucas empresas podem comprometer a generalização das conclusões.

Como sugestões para pesquisas futuras recomendam-se os seguintes temas: (1) replicar o presente estudo a todas as empresas do setor de energia elétrica que elaboraram seus relatórios de sustentabilidade de acordo com a G3, para verificar se os problemas apontados nessa pesquisa, se estendem às empresas de outras localizações; (2) replicar o presente estudo a empresas de outros setores econômicos; (3) analisar o GAPIE e o GEE de todas as empresas do setor de energia elétrica, que elaboraram seus relatórios de sustentabilidade de acordo com a G3, segregadas por atividade fim, para verificar se existe alguma diferença no comportamento entre os grupos; (4) analisar o GAPIE e o GEE das empresas da amostra, referente a anos-base consecutivos, a fim de testar sua evolução; e, (5) verificar se existe alguma relação entre os resultados de empresas que sofram influência de organizações pertencentes a uma mesma localização geográfica.

Referências

ANEEL. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=160>>. Acessado em: 24 de março de 2008.

CALIXTO, Laura. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil: Um Estudo Longitudinal. In: ENANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro/RJ. **Anais do XXXI EnAnpad**. Rio de Janeiro/RJ: 2007, CD-ROM.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; KUBRUSLY, Lucia Silva. A Influência da Responsabilidade Social Corporativa no Comportamento do Consumidor na Cidade do Rio de Janeiro. In: ENANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro/RJ. **Anais do XXXI EnAnpad**. Rio de Janeiro/RJ: 2007, CD-ROM.

COSTA, Patrícia de Souza; SOUZA, Simone Dias de. Análise Empírica da Evolução dos Indicadores do Balanço Social no Período de 2000 a 2004: o Caso da Petrobrás. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 2006, São Paulo/SP. **Anais do 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo/SP: 2006, CD-ROM.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Máisa de Souza. Evolução e Diagnóstico Atual do Balanço Social. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo/SP. **Anais do 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo/SP: 2004, CD-ROM.

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An Examination of the Corporate Social and Environmental Disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 15 (3), p. 312-343, 2002.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; ROSSI, Mônica Zaidan Gomes. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. In: ENANPAD, XXX, 2006, Salvador/BA. **Anais do XXX EnAnpad**. Salvador/BA:2006, CD-ROM.

ENDESA. **Informe de Sostenibilidad 2006**. Disponível em: <<http://www.corporateregister.com/gri/search.cgi?d=&n=0&com=0&sec=Electricity&cou=All&r=g3&g31=All&g32=All&nr=30>>. Acessado em: 11 de setembro de 2007.

GASPARINO, Marcelo Fernandes. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: ENANPAD, XXX, 2006, Salvador/BA. **Anais do XXX EnAnpad**. Salvador/BA:2006, CD-ROM.

GHAURI, Pervez; GRONHAUG, Kjell. *Research Methods in Business Studies: A Practical Guide*. 2ed. London: Financial Times Prentice Hall, 2002.

GRI, *Global Reporting Initiative*. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade 2006**. 2006a Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/guidelines/2006>>. Acessado em: 15 de setembro de 2007.

GRI, *Global Reporting Initiative*. **Níveis de Aplicação da GRI**. 2006b Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/0FF12693-CED7-4D07-847A-106BC7D4080C/0/ApplicationLevelsPRT.pdf>>. Acessado em: 15 de setembro de 2007.

IBASE, 2007. **Publique seu balanço social**. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acessado em: 29 de Outubro de 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. 2007a. Disponível em <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanço2007_PORTUGUES.pdf>. Acessado em: 16 de Outubro de 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Global Reporting Initiative**. 2007b. Disponível em <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4200&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>, Acessado em: 16 de Outubro de 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável às Demais Sociedades. São Paulo: Atlas, 2003.

JONES, Peter; COMFORT, Daphne; HILLIER, David. Corporate social responsibility and the UK's top ten retailers. *International Journal of Retail and Distribution Management*, 33 (12), p.882-892, 2005

LANTOS, Geoffrey. P. The Boundaries of Strategic Corporate Social Responsibility. *Journal of Consumer Marketing*, 18 (7), p. 595-630, 2001.

LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D.; THORNTON, Daniel B.. Corporate Disclosure of Environmental Liability Information: Theory and Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 14(3), p. 435-473, fall 1997.

LIMA, Rogério dos Santos. Balanço Social: Ferramenta de Gestão e Informação. **Integração**, Ano IV, n 5, agosto/2001. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano4/6/administrando6.htm>>. Acessado em: 23 de março de 2007.

LINS, Clarissa; OUCHI, Hiroshi C. **Sustentabilidade Corporativa – Energia Elétrica**. Janeiro de 2007. Disponível em: <<http://fbds.org.br/apresentacoes/FBDS-IMD-EnergiaEletrica.pdf>>. Acessado em: 23 de maio de 2008.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K.. Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports. *Accounting, Organizations and Society*, 23(3), p. 265-282, abril 1998.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. "Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores". *RAE-eletrônica*, 4(1), jan/jul 2005. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica>. Acessado em: 22 de março 2007.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade e Finanças - USP*, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004.

RICO, Elizabeth de Melo. A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado – Uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, 18(4), p. 73-82, 2004.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; VIDAL, Mario César Rodríguez. Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise de Seu Estágio Atual. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, 2003, São Paulo/SP. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3>>. Acessado em: 02 fevereiro 2007.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; COSTA, Alessandra Mello da; CARVALHO, Carla Danielle Coloia de; SILVA, Thiago Maximiano de Oliveira da. Um Estudo Exploratório Sobre a Discussão do Balanço Social na Grande Imprensa Brasileira: Uma Análise do Caso do Jornal A Folha de São Paulo. In: ENANPAD, XXX, 2006, Salvador/BA. *Anais do XXX EnAnpad*. Salvador/BA:2006, CD-ROM.

SOUZA, Herbert de. Empresa Pública e Cidadã. *Folha de São Paulo*, p. 2-2, 26 de março de 1997.

VAZ, Tatiana. Comunicação com Consistência. *Guia Exame 2006*, p. 26-27, Dezembro 2006.

VILLIERS, Charl de; STADEN, Chris J. van. Can Less Environmental Disclosure have a Legitimising Effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), p.763-781, november 2006.

| | |
|--|---|
| <p>Fernanda Amorim Ribeiro de Castro é mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fernanda.amorim@hotmail.com Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Av. Pasteur, 250 – Prédio da FACC Campus da Praia Vermelha 22290-902 – Rio de Janeiro - RJ</p> | <p>José Ricardo Maia de Siqueira é professor do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jrms@facc.ufrj.br Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Av. Pasteur, 250 – Prédio da FACC Campus da Praia Vermelha 22290-902 – Rio de Janeiro - RJ</p> |
| <p>Marcelo Alvaro da Silva Macedo é professor do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, malvaro.facc.ufrj@gmail.com Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Av. Pasteur, 250 – Prédio da FACC Campus da Praia Vermelha 22290-902 – Rio de Janeiro - RJ</p> | |